

COMISSÃO EUROPEIA

Direção-Geral da Concorrência (DG COMP)

Publicação do lugar de diretor técnico (m/f) (grau AD 14)

(Contratação de um agente temporário ao abrigo do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes)

COM/2023/10424

Quem somos

A Comissão, juntamente com as autoridades nacionais da concorrência, aplica diretamente as regras de concorrência da UE a fim de melhorar o funcionamento dos mercados, garantindo a igualdade e a equidade das condições de concorrência entre as empresas, com base no respetivo mérito, em benefício dos consumidores, das empresas e da economia europeia no seu conjunto.

Na Comissão, a Direção-Geral da Concorrência (DG COMP) é a principal responsável pelo exercício destes poderes de execução diretos.

As direções operacionais da DG COMP fazem parte de uma estrutura matricial em que os diferentes instrumentos em matéria de concorrência (anti-*trust*, concentrações, auxílios estatais e regulação das plataformas digitais) são geridos em torno de setores-chave da economia.

O diretor técnico dependerá diretamente do diretor-geral. Prestará aconselhamento à comissária responsável pela Concorrência e ao diretor-geral, orientará e supervisionará todos os projetos relacionados com dados e outros projetos, iniciativas e fluxos de trabalho digitais para a DG COMP. Assumirá a liderança de uma equipa que deverá ser um centro de excelência em ferramentas digitais e ciência de dados e que terá como objetivo último apoiar as tarefas de execução e de monitorização dos mercados cada vez mais baseadas em dados da DG COMP.

O posto é classificado ao nível de diretor (AD 14). Trata-se de um mandato temporário de três anos, renovável por um período máximo de dois anos.

O que propomos

Propomos um posto muito estimulante de diretor técnico, encarregado de prestar aconselhamento à comissária responsável pela Concorrência e ao diretor-geral sobre a estratégia, as prioridades e os projetos digitais da DG COMP (incluindo os contratos públicos pertinentes), nomeadamente com base em estudos realizados por peritos externos ou pelo próprio diretor técnico. O diretor técnico orientará também a sua equipa (uma unidade adstrita ao diretor técnico e gerida por um chefe de unidade) através de fluxos de trabalho altamente sofisticados, proporcionando a visão e a orientação estratégica global e orientando e coordenando o pessoal e as atividades da equipa.

O diretor técnico será responsável por assegurar que a equipa satisfaça as necessidades crescentes da DG COMP em matéria de análise de dados de ponta e de apoio no domínio da informática forense. Tal requer uma excelente compreensão das necessidades da instituição e a apresentação de soluções que respondam a essas necessidades, valorizando ao máximo e da forma mais eficaz possível as competências especializadas dos membros da sua equipa.

A equipa do diretor técnico trabalhará em estreita colaboração com muitos outros serviços da DG COMP, em especial a unidade responsável pelas soluções digitais, bem como com outras direções-gerais da Comissão Europeia, outras instituições europeias, Estados-Membros e organizações externas. A equipa será composta por 16 efetivos muito dinâmicos, com vontade de colaborar e orientados para o serviço, movidos pela paixão pelas tecnologias digitais.

As principais funções da equipa do diretor técnico incluem:

- Garantir a qualidade e a pertinência das ferramentas e métodos informáticos de que a DG COMP é proprietária e/ou utilizadora e aconselhar o diretor-geral e supervisionar o desenvolvimento e/ou a aquisição de ferramentas e métodos atualizados ou novos, se for caso disso com base em estudos realizados por peritos externos ou pelo diretor técnico;
- Prestar aconselhamento e supervisionar o lançamento de ferramentas informáticas novas ou atualizadas de que a DG COMP é proprietária e/ou utilizadora;
- Utilizar as mais recentes tecnologias digitais disponíveis para encontrar soluções que satisfaçam as necessidades em matéria de análise de dados das unidades operacionais da DG COMP em relação aos vários instrumentos, em especial cartéis e anti-trust, concentrações e o Regulamento Mercados Digitais, quer no âmbito de projetos/casos com utilização intensiva de dados, quer de forma pontual;
- Proporcionar à DG COMP apoio de ponta no domínio da informática forense para as investigações relativas aos vários instrumentos, em especial cartéis e anti-trust, concentrações e o Regulamento Mercados Digitais;
- Desempenhar um papel ativo na rede de peritos em investigação digital da Rede Europeia da Concorrência e estabelecer contactos com os outros serviços das instituições europeias onde são utilizadas a informática forense e a análise de dados;
- Acompanhar continuamente a evolução tecnológica e identificar temas e ações de interesse para a DG COMP.

Perfil pretendido

Os candidatos devem possuir:

Competências de gestão:

- Capacidade para liderar, motivar e inspirar uma equipa de cientistas de dados qualificados, definir planos, objetivos e prioridades, solicitar o contributo do pessoal e fornecer orientações sobre aspetos técnicos e estratégicos.
- Muito boa capacidade de pensamento estratégico, forte capacidade para pensar de forma inovadora e para introduzir inovações nos domínios abrangidos pela Direção-Geral, bem como para assegurar o seu acompanhamento eficaz através de uma abordagem orientada para o serviço e para os resultados.

Competências e experiência especializadas:

- Conhecimentos comprovados em matéria de informática forense e em análise de dados, demonstrados por um percurso académico sólido e pela formação posterior e/ou outros métodos destinados a manter atualizados esses conhecimentos.
- Muito boa compreensão das necessidades institucionais em termos de análise de dados de ponta e de apoio no domínio da informática forense e apresentação de soluções que respondam a essas necessidades.

Qualidades pessoais:

- Excelentes competências de comunicação oral e escrita que lhe permitam comunicar de forma eficaz e eficiente com partes interessadas internas e externas, representar a Comissão e defender a sua posição nas instâncias europeias e internacionais.
- Capacidade para cooperar com interlocutores de alto nível, bem como para trabalhar em diferentes níveis da organização.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- **Nacionalidade:** os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- **Título ou diploma universitário:** os candidatos devem ter:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - ou habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência pós-licenciatura abaixo exigida).
- **Experiência profissional:** os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às qualificações mencionadas anteriormente. Pelo menos dez anos da referida experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções que envolvam o fornecimento de serviços de informática forense e de análise de dados em domínios pertinentes para este cargo².
- **Experiência de gestão:** pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível³.

¹ Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que forneceram serviços de informática forense e de análise de dados, 1) a designação e a natureza do cargo exercido; 2) a área temática e o nível do cargo na organização (o número de graus hierárquicos superiores e inferiores), 3) o beneficiário do aconselhamento e as linhas hierárquicas de cada cargo ocupado.

³ No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos, 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções, 3) a dimensão dos orçamentos geridos, 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores e 5) o número de lugares de grau equiparável.

- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia⁴ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a entrevista, o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista poderá decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos devem poder completar, pelo menos, o mandato de três anos antes de atingirem a idade normal da reforma que, para os agentes temporários da União Europeia corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos (ver o artigo 47.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes⁵).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver o documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁶).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para o posto.

Os candidatos que constem da lista restrita do CCN serão entrevistados pelo membro da Comissão competente.

Na sequência dessas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação respeitante ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou preencher as condições necessárias para o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01962R0031-20140701>

⁶ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en
(apenas disponível em inglês)

conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias fornecidas pela Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Regime Aplicável aos Outros Agentes.

O candidato selecionado será recrutado como agente temporário nos termos do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes, desempenhando funções correspondentes ao posto de base de um diretor de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional.

Trata-se de um mandato temporário de três anos, que pode ser renovado por um período máximo de dois anos.

O candidato selecionado deve ter em conta que o Regime Aplicável aos Outros Agentes determina que todos os novos membros do pessoal devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de trabalho é Bruxelas. A vaga a prover está disponível a partir de 16 de janeiro de 2023.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se comprometa a agir no interesse público e com independência e mencionar quaisquer interesses suscetíveis de serem considerados prejudiciais para a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informações devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁷. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no respeitante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁸, e uma carta de motivação (com 8 000 carateres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem de correio eletrónico para:

HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica dentro do prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma

⁷ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

⁸ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. As inscrições fora de prazo não serão aceites.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **8 de março de 2023, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.